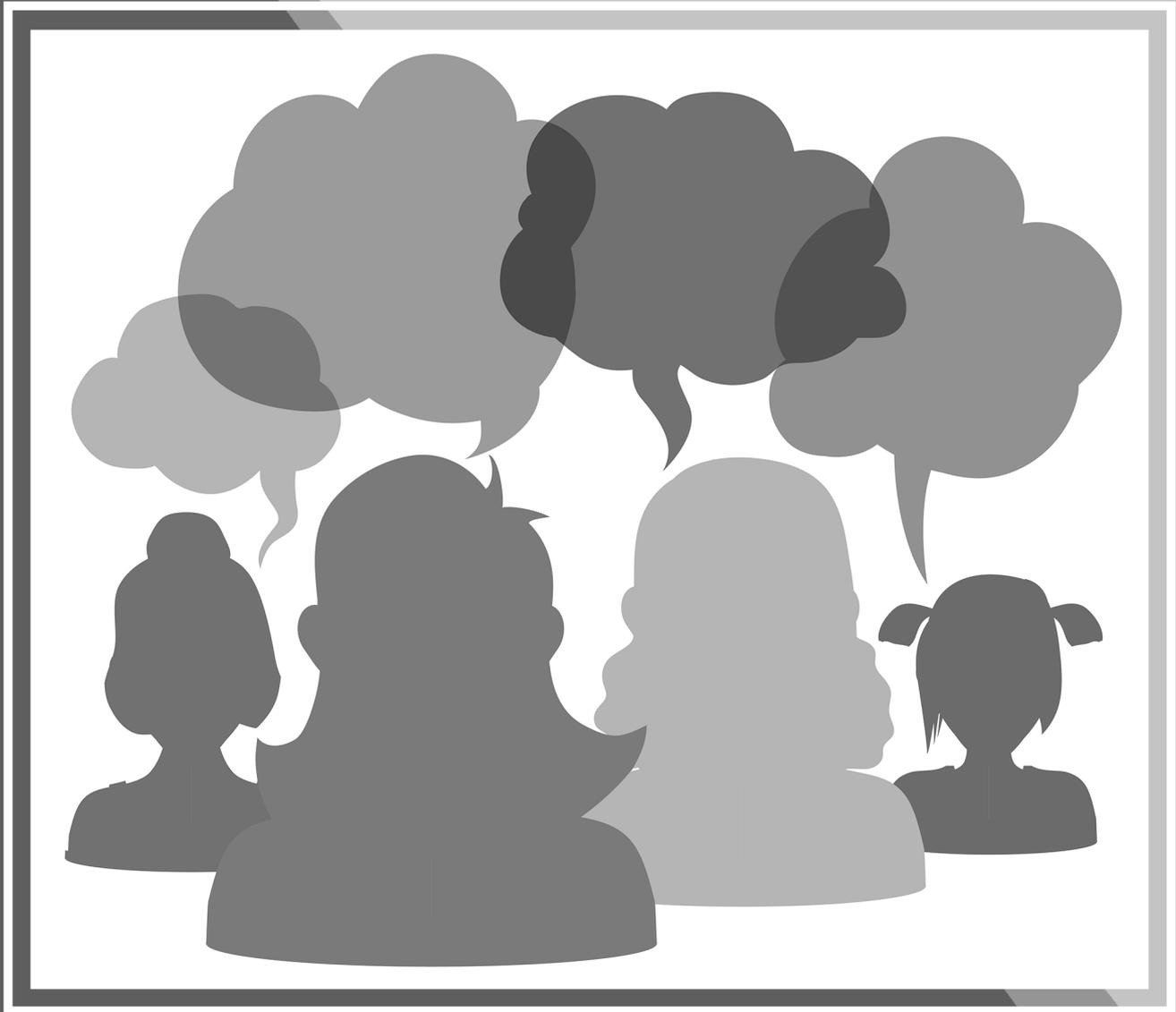


História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 /
Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra
Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-01-6

DOI 10.22533/at.ed.016201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.0162011021	
CAPÍTULO 2	14
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0162011022	
CAPÍTULO 3	24
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011023	
CAPÍTULO 4	37
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0162011024	
CAPÍTULO 5	53
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
DOI 10.22533/at.ed.0162011025	
CAPÍTULO 6	69
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
DOI 10.22533/at.ed.0162011026	
CAPÍTULO 7	80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011027	

CAPÍTULO 8	91
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0162011028	
CAPÍTULO 9	106
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0162011029	
CAPÍTULO 10	118
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
DOI 10.22533/at.ed.01620110210	
CAPÍTULO 11	131
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.01620110211	
CAPÍTULO 12	141
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110212	
CAPÍTULO 13	154
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
DOI 10.22533/at.ed.01620110213	
CAPÍTULO 14	165
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
DOI 10.22533/at.ed.01620110214	
CAPÍTULO 15	180
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
DOI 10.22533/at.ed.01620110215	

CAPÍTULO 16	194
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.01620110216	
CAPÍTULO 17	208
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin	
Angelita Marques Visalli	
DOI 10.22533/at.ed.01620110217	
CAPÍTULO 18	221
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
DOI 10.22533/at.ed.01620110218	
CAPÍTULO 19	233
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.01620110219	
CAPÍTULO 20	246
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.01620110220	
CAPÍTULO 21	258
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110221	
CAPÍTULO 22	271
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
DOI 10.22533/at.ed.01620110222	
CAPÍTULO 23	284
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz	
Daniele Barbosa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.01620110223	

CAPÍTULO 24	298
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.01620110224	
CAPÍTULO 25	308
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110225	
CAPÍTULO 26	321
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.01620110226	
CAPÍTULO 27	330
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01620110227	
CAPÍTULO 28	340
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110228	
CAPÍTULO 29	351
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
DOI 10.22533/at.ed.01620110229	
CAPÍTULO 30	363
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01620110230	
SOBRE OS ORGANIZADORES	376
ÍNDICE REMISSIVO	377

APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO

Data de aceite: 27/01/2020

Manoel Carlos Fonseca de Alencar

Universidade Estadual do Ceará

manoelcarlosf@gmail.com

No contexto do refluxo do Indianismo, nos finais da década de 1860 e início da década posterior, os escritores brasileiros se voltaram para as nossas tradições populares como requisito de nacionalidade. Nesse sentido, a apropriação que os escritores faziam da denominada “musa popular” eram as mais diversas, mas poucos tiveram a ideia de que a poesia popular deveria manter-se intocada pelo escritor, servindo como fonte para o desvendamento do caráter nacional, como professava o pensamento folclórico. Silvio Romero foi quem melhor sistematizou esse modo de pensar e um método de concretizá-lo. Pretende-se, com esse trabalho, analisar os significados da cultura popular nesse autor.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; Folclore.

No Brasil, o despertar do meio letrado para a importância da cultura popular como um elemento diferenciador da nação só apareceu nos anos de 1870. Depois da independência até esta década, os escritores brasileiros escreviam

sobre tradições indígenas e não tradições populares. O termo popular era incomum, e quando começou a ser empregado foi em detrimento do indígena como personagem central das narrativas da nacionalidade. Silvio Romero, por exemplo, argumentava que o índio não deveria ser considerado brasileiro, mas outra raça ou civilização que possuía seus próprios hábitos e costumes. Segundo ele, a identidade do brasileiro era fruto do consórcio das três raças, sendo que cada uma delas, em separado, eram dotadas de identidades próprias: o português, o indígena e o africano, se não miscigenados, não eram brasileiros. O conceito de popular, assim, é concomitante a emergência do pensamento racial.

O termo folclore, por sua vez, foi aplicado pela primeira vez na Inglaterra por Williams Thoms, em 1846. A palavra é derivada dos vocábulos ingleses *folk*, que significa gente, e *lore*, saber. Com a terminação *lore*, Thoms pretendeu alçar o estudo do popular à condição de ciência, assim como foram substituídos, por exemplo, astrologia por *starlore* (saber das estrelas). Esta era uma tendência do meio científico anglo-saxão em modificar as terminações gregas. Thoms o empregou no sentido de diferenciar-se dos conceitos de

Kultur de volkes, utilizados por Herder e pelos irmãos Grimm, e *Volkspoesie*, de Schlegel, em decorrência da grande imprecisão que via no termo popular. (WILLIAMS, 2007, 149)

O conceito de folclore trouxe uma especialização que ainda não se havia desenvolvido plenamente no pensamento alemão. Ele delimitava bem claramente que a cultura popular seria somente aquela que tinha proveniência das camadas pobres e incultas, restringindo-se às sobrevivências de tempos mais antigos ou mesmo de povos primitivos. Isso porque os românticos, apesar de seu interesse pelas classes incultas e de terem sido os inauguradores da prática de coleta e publicação da poesia popular, manejavam a matéria popular de forma muito criativa. Os irmãos Grimm, por exemplo, recontavam o que ouviam dos camponeses ao seu modo. De outro lado, os folcloristas demonstravam interesse mais amplo: à atenção dada aos contos e poesias pelos românticos, os estudos folclóricos acrescentavam as danças, os rituais, às crenças etc. (BURKE, 1989)

Sílvio Romero realizou uma atualização do pensamento brasileiro em relação às novas tendências europeias. Com vistas a analisar a poesia popular, por exemplo, Romero utilizou o termo folclore, consolidando a prática entre os escritores brasileiros de coleta e publicação de “matéria popular”. Com o conceito, o autor insurgiu-se contra aquela forma um tanto livre e criativa de os românticos tratarem a poesia popular, propugnando o método científico como o mais adequado ao estudo das manifestações populares no Brasil.

Sublinhou o autor:

Há por aí muita gente que ainda hoje supõe que toda a sabedoria popular, todo o *folk-lore* se reduz a falar nas *quadrinhas* dos improvisadores anônimos e nas *festas de Igreja* em que o povo mais ou menos acidentalmente toma parte. Não, a coisa não é assim tão simples como a vadiagem letrada finge crer. O povo tocou em tudo; seu saber é uma enciclopédia inteira. Só na parte propriamente poética ele tem os *Reinados*, as *Cheganças*, os *Romances*, as *Xácaras*, as *Orações*, os *Versos gerais* ou *Cantigas soltas*. Mas não fica aí: ele tem os mitos, os contos, as adivinhas, os ditados, os anexins, as lendas de lugares e de tipos celebres, as danças, as festas propriamente suas, as benzeduras, uma medicina e terapêutica especiais, uma astronomia sua, as fábulas de plantas e animais, profecias, a interpretação original que vai fazendo diariamente sobre os acontecimentos políticos; tem tudo isto, além do capítulo imenso das superstições. No Brasil, poucos têm investigado o nosso povo por face tão interessante. (ROMERO, 1888, 1120)

Com efeito, Sílvio Romero fez essas observações dirigindo-se aos românticos. Segundo ele, estes, ao considerarem o “popular”, não iam além de poesias e contos, os quais lhes serviam para análises linguísticas, geralmente em proveito de projetos de nacionalização da literatura, como foi o caso de José de Alencar em *O nosso cancionero*. Romero propunha tanto ampliar as manifestações a serem consideradas populares, como lançar sobre elas outro olhar. O popular, desde então,

seria estudado por meio de um método científico, baseado em um conhecimento etnológico e etnográfico. Reside aí a sua crítica aos românticos, sobretudo quanto à forma como estes operavam com a poesia popular recolhida. A censura dirigia-se a Almeida Garrett e aos irmãos Grimm – os quais, considerando que o povo corrompia o que em sua origem era “popular”, viam-se no direito de corrigir a poesia do povo –, mas também se estendia a “um ou outro escritor nosso, que, por acaso, houvesse colhido alguma *quadrinha* em uma festa de aldeia, para logo expandir-se aos fulgores líricos e supra-humanos da musa popular”. (ROMERO, 1888, p.16)

Desta forma, um dos questionamentos de Romero à ideia de “popular” entre os românticos remete ao que ela circunscreveu como cultura popular. Quando Silvio Romero empregou o termo, tinha como objetivo abranger amplo espectro de manifestações do povo, visto que os românticos se restringiram aos contos e à poesia popular. O fato foi uma inovação em sua época e serviu às gerações posteriores de folcloristas, pois o popular passou a englobar hábitos, costumes, crenças, festas, danças etc.

Na introdução do livro de Silvio Romero, *Cantos populares do Brasil*, Teófilo Braga faz uma classificação muito importante que nos ajuda a entender o que circunscrevia o “popular” no século XIX:

Esta designação de *poesia popular* é imperfeita, porque compreende: 1º a *tradição*, oral ou escrita, transmitida sem conhecimento da sua proveniência; 2º a *vulgarização* ou popularidade de certos cantos individuais; 3º o *sincretismo* destes dois elementos: a) como *abreviação*, na expressão oral, b) ou como *ampliação* escrita pelos homens cultos, que comunicam com o povo ou se inspiram diretamente do meio popular. (ROMERO, 1883, XXIX)

A poesia popular, assim, não abrangeria exclusivamente aquelas criações que tiveram sua proveniência direta do povo; daí porque, para distingui-la, Braga frisou a necessidade de acrescentar a esta o qualificativo “tradicional”. A pesquisa da poesia popular no Brasil, segundo o autor, tem sua relevância porque ela guarda vestígios de costumes ancestrais, do tempo em que o país ainda era colônia de Portugal. Em suas palavras, a poesia popular tradicional representa

[...] o estado da civilização que recebeu em uma dada época e que o isolamento torna estável, da mesma forma que o indivíduo quanto mais se imerge nas ínfimas camadas sociais mais persiste na situação psicológica rudimentar de que já estão afastadas as classes cultas. Tal é o fenômeno da sobrevivência dos costumes entre o povo. (ROMERO, 1883, XXX)

Nesse sentido, Braga sublinhou que no país existe uma parte tradicional, “que se liga ao romanceiro e cancionero do ocidente da Europa”, e outra parte, “filha da improvisação individual e, portanto, popularizada”. (ROMERO, 1883, XV). A parte tradicional de nossos cantos teria proveniência europeia. Como existiam algumas

diferenças nas versões brasileiras recolhidas, Teófilo acentua serem estas o resultado de obliterações, decadências e transformações. Segundo o escritor português,

O que se pode concluir, sendo o elemento colonial do Brasil o mesmo que o da Índia, é que as tradições poéticas na população brasileira foram não só deturpadas pelas tradições da classe negra e do selvagem, como sistematicamente esquecidas pelo desprezo que sobre elas atraíram os Jesuítas com a sua direção moral. (ROMERO, 1883, XVII)

Nesse sentido, o autor se perguntou como renasceu, com tamanha florescência, em seu tempo, a poesia tradicional no Brasil. A sua conclusão é a de que, além de “uma persistência provincial espontânea”, a tradição foi favorecida pela permanente migração portuguesa para o país. Caso se pretendesse falar em tradição, portanto, o Brasil não era dotado de uma, pois o que havia de remoto em sua poesia era originário de Portugal. O que existia de especificamente brasileiro era uma poesia individual, ou popularizada, e não tradicional.

Silvio Romero adotou essa mesma classificação de Braga. Discordava, contudo, em pontos importantes. Um era a ideia que estava em Garrett, compartilhada por Teófilo Braga, da “inerrância” do povo. Segundo a teoria, haveria uma poesia primitiva, em um passado distante, que foi criada não por este ou aquele indivíduo, mas pelo povo anônimo. Essa poesia, com o tempo, estava sujeita ou a uma abreviação, quando realizada pelo povo, ou a uma ampliação, resultante do aprimoramento dado pelas classes cultas. Caberia ao estudioso do “popular” restabelecer o traço primitivo. A consequência da teoria da inerrância para a poesia popular era negar qualquer aspecto tradicional às criações brasileiras, pois as transformações ocorridas na poesia popular tradicional portuguesa eram, na verdade, deturpações.

Silvio Romero manifestou-se contra essa teoria. Segundo ele, as transformações da poesia portuguesa, que se deram pelo contato desta com as raças indígenas e africanas, não deveriam ser consideradas como corruptions, mas como criações do povo. As posições do autor ficam evidentes na crítica ao livro *A poesia popular no Brasil*, de Celso Magalhães, que havia seguido Teófilo Braga em sua teoria da inerrância popular:

O maranhense parecia supor que, uma vez formado um romance, tudo quanto se lhe juntasse posteriormente era um deturpamento. Entendemos por outro modo; reconhecemos no povo *a força de produzir* e o *direito de transformar* a sua poesia e os seus contos. (ROMERO, 1888, 67)

Romero classificou o fenômeno de transformação da poesia popular portuguesa como *criação indireta*. Nesse ponto, ele demarcou uma posição importante. As variantes, coletadas pelo autor, dos romances e xácaras, reisados e cheganças, orações e parlendas, versos gerais e quadrinhas faziam parte das tradições populares

brasileiras, pois são diferentes das portuguesas. Existia também uma vasta poesia popular que tinha como criador direto o povo brasileiro, representado no mestiço. Como ele bem afirma,

Indicar no corpo das tradições, contos, canções, costumes e linguagem do atual povo brasileiro, formado do concurso de três raças, que há quatro séculos se relacionam, mostrar o que pertence a cada um dos fatores, quando muitos fenômenos já se acham baralhados, confundidos, amalgamados: quando a assimilação de uns por outros é completa aqui, e incompleta ali, não é tão insignificante, como à primeira vista pode parecer. Quais são na poesia os agentes criadores e quais os transformadores? O agente *transformador* por excelência tem sido entre nós o mestiço, que por sua vez já é uma transformação; ele porém tem por seu lado atuado também como criador. Os *criadores* são diretos e indiretos e são as três raças e o mestiço. (ROMERO, 1888, 58)

A poesia lírica foi outro ponto de discordância entre Romero e Teófilo Braga, pois como afirmava este, sendo a poesia lírica aquela que constitui a maior singularidade brasileira, é de origem individual, e não anônima. Por isso, Braga a denominou popularizada, e não popular. Ela seria “talvez, mais importante enquanto revelação do gênio de um novo produto étnico que entra na corrente histórica”. O exemplo desse lirismo oferecido por Teófilo Braga foi a modinha. Com sua origem no Brasil, sendo geralmente de autoria individual, a modinha se popularizou em Portugal e no Brasil. Com o tempo, certamente, se tornaria anônima, constituindo-se como poesia popular brasileira. Silvio Romero, porém, discordou de Teófilo Braga. Como salientou Romero:

As canções líricas que coligimos são anônimas. A par destas existe a poesia *bárdica* popularizada, máxime política. São canções que têm origem individual, mas de que as massas se apossaram. São, entre outras, as celebres *modinhas* tão apreciadas pelos europeus. Não as coligimos por estarem fora do nosso plano. Alguns portugueses, que de nossa poesia popular só conhecem as *modinhas*, que não são em rigor de origem *anônima*, dizem que por meio delas este país, quando colônia, chegou a influir na literatura da metrópole. (ROMERO, 1888, 39)

Conclui-se, com efeito, que Silvio Romero coletou um amplo conjunto de poesias líricas e anônimas no Brasil que não tinham qualquer correspondência em Portugal. Elas eram para ele a prova patente de que, em quatro séculos, no Brasil, se gestou uma poesia popular, ou melhor, uma poesia tradicional, e não uma poesia *popularizada*, como queria Teófilo Braga.

O método utilizado por Silvio Romero para comprovar o anonimato das poesias colhidas foi verificar se estas realmente não tinham autores e, em seguida, pesquisar a sua disseminação pelo país. Nesse ponto, ele contou com a colaboração de outros pesquisadores, que, ou lhe enviavam poesias coletadas, em suas localidades, ou comparavam as que recebiam de Romero com as que tinham em mãos. Desta forma,

se uma mesma poesia existisse em várias localidades, e não houvesse autoria, era sinal de sua disseminação e anonimato, constituindo-se como uma poesia popular. Interessado, sobretudo, em revelar a cultura popular brasileira, o autor formou o seu repertório com aquelas poesias populares que não faziam parte do cancionário português.

O sentido da cultura popular, portanto, em última análise, era o de repertoriar manifestações do povo que servissem ao seu programa nacionalista. Como, ao seu tempo, o processo civilizatório avançava no Brasil, com a expansão das relações modernas e capitalistas, que tendem a igualar as culturas, Silvio Romero, entre outros escritores, foram em busca daqueles elementos que ainda não haviam entrado em contato com a civilização uniformizadora. Por isso a atenção àqueles sujeitos que residiam em espaços sociais distantes das cidades: as populações dos sertões brasileiro.¹

Nesse sentido, a civilização é entendida como um fenômeno exterior e superficial, uma aparência que suprimiria a essência nacional. Encontra-se aí um paradoxo que atravessou o pensamento social brasileiro no século XIX. O país deveria progredir a estágios mais avançados, tendo como reflexo os países europeus, sobretudo a França. Deveria civilizar-se. Mas a civilização era, na maioria das vezes, identificada como sinal de decadência e superficialidade. O meio urbano e civilizado, como desenhado por um sem-número de romances oitocentistas, era considerado o *locus* por excelência de relações mundanas e degeneradas, onde sobressaem relações ditadas pelo interesse vil e comportamento dissimulado. A civilização era, em síntese, uma sociedade de aparências. José de Alencar bem a demonstrou em seus romances urbanos.

Deve-se frisar, no entanto, as diferenças entre românticos e realistas, ou folcloristas, em relação à cultura popular, como bem apontou Renano Ortiz. (ORTIZ, 1992) Os românticos brasileiros chegaram a considerar o popular como um elemento formador da nacionalidade, mas estavam pouco afeitos à ideia de civilização quando esta vinha acompanhada da ideia de progresso. O sentido de civilização para os românticos remetia mais ao controle e comedimento dos hábitos e costumes do que a associação destes com um programa modernizador, como foi o caso dos folcloristas. (PECHMAN, 1999). Neste caso, O antídoto apresentado por Romero contra a civilização era mais civilização, como bem mostraram Starobinski e Elias, em seus estudos dos significados da palavra no pensamento francês.²

1 A palavra sertão, aqui empregada, não diz respeito à uma região geograficamente delimitada, como conhecemos hoje, mas ao sentido atribuída a ela no século XIX, ou seja, todos aqueles espaços interiores do Brasil que se encontravam longe das cidades.

2 Jean Starobinski e Norbert Elias ao analisarem as tensões entre os significados das palavras civilização e cultura, apontam uma diferença entre o pensamento francês e alemão. Enquanto neste, civilização se apresenta como uma ideia preponderantemente negativa, servindo de esteio para uma crítica incisiva à sociedade de seu tempo, no caso francês também se estabelece uma crítica à civiliza-

É tônica em todos os escritores da “geração de 1870”, da qual Silvio Romero é um dos pensadores centrais, a ideia de que o avanço do processo civilizatório, com suas indústrias e trens, era inevitável e necessário. Franklin Távora, ao avaliar as condições que possibilitaram o desenvolvimento do banditismo no Norte, apontando as saídas para saná-lo ou mesmo de eliminá-lo, conjuntamente com toda a tradição oral que se formou em torno daquele, já anotara no prefácio de seu romance *O Cabeleira* (1876),

Que não seria deste mundo – pensei eu, descendo das eminências da contemplação às planícies do positivismo, - se nessas margens se sentassem cidades; se a agricultura liberalizasse nessas planícies os seus tesouros; se as fábricas enchessem os ares com seu fumo, e nele repercutisse o ruído das suas máquinas. Desta beleza, ora a modo de estática, ora violenta, que fontes de renda não haveriam de rebentar? Mobilizados os capitais e o crédito, animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, veríamos aqui a cada passo uma Manchester ou uma New York. (TAVORA, 1971, 14)

De outro lado, o republicanismo defendido por Romero, e por sua geração, deparou-se com a ideia de povo como agente político do regime que almejavam instaurar. Se no Império os escritores poderiam dar-se o gosto de alçar a figura um tanto alegórica e fantasiosa do indígena como o representante popular, os republicanos viram-se obrigados a uma compreensão mais “realista” do povo. O povo, nesse sentido, distancia-se daquele ente ideal e ingênuo propugnado pelo romantismo imperial, pois este seria não somente o símbolo nacional, mas o cidadão constituído; e, nessa condição, a figura central da *res publica*.

O custo de ter em conta o povo como um agente político foi alto, para essa geração republicana e racialista, ou pelo menos para o povo ao qual seus estudos se dirigiam. As suas considerações e conclusões sobre o *modus vivendi* das populações pobres do Brasil, constituídas em sua grande maioria por negros, índios e mestiços, sem contar a significativa parcela de brancos pobres, as lançava no mais profundo foço de obscurantismo cultural. Daí porque a raça ter sido vetor principal de suas análises. O conceito de raça reiterava a raça branca como superior e civilizadora das demais raças, sendo estas apontadas como degeneradas. Esse ponto de vista de Silvio Romero redundou em um pessimismo desalentador: como construir uma nação em que a maioria de seu povo era tida como inapta a se tornar cidadã da república? Um dos caminhos era civilizar o povo. Nesse sentido, é notável nos programas dos realistas e folcloristas, e mesmo de modo difuso em suas obras, a ideia de que o Estado e a sociedade deveriam se empenhar em educar e civilizar o povo. Eles próprios consideravam-se agentes civilizadores – “mosqueteiros intelectuais”, na bem empregada expressão de Nicolau Sevcenko – fazendo de suas obras quase

ção, mas a solução para resolvê-la é aprofundando ainda mais o processo civilizatório. Encontra-se aí uma das diferenças fundamentais do romantismo alemão.

libelos em prol de seu ideal reformador. (SEVCENKO, 1995)

Não cabe aqui pormenorizar o que parece um contrassenso do pensamento de Romero quanto à cultura popular. O importante é considerarmos que a associação entre as ideias de cultura e de popular consolidaram-se no país por via do conceito de folclore, elaborado no pensamento social brasileiro por Silvio Romero. Nesse contexto, guardava certa distância daquilo que haviam formulado os alemães, pelo menos em três pontos: um pensamento científico alicerçado no positivismo emergente; a peculiaridade de correlacionar-se com o pensamento racial; não negar radicalmente a civilização, mas reformá-la e aprofundá-la.

Por fim, vale notar que havia muitas coincidências entre os românticos e os folcloristas em suas visões sobre a cultura popular. Como os românticos, os folcloristas apegavam-se à ideia de tradição, considerando cultura popular apenas os elementos mais imutáveis das sociedades, valorizando o passado em detrimento do presente; da mesma forma, consideravam como portadores do popular apenas os camponeses, atribuindo-lhes qualidades de simplicidade, ingenuidade e primitivismo; igualmente, ao especificar o que era necessariamente a cultura popular, incluíam apenas a poesia, as festas e as lendas. Tais atributos da cultura popular serviam à ideia de nação, pois davam a esta uma ancestralidade assentada em um substrato anônimo e mítico, que servia como seu principal fundamento.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 33. V.1.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*.

Tese de doutorado: IFCH- Campinas, 1999.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888.

_____. *Cantos populares do Brasil*. Lisboa: Nova Livraria Internacional – Editora, 1883. Vol. 1 e 2 (notas de Teófilo Braga).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na*

primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TAVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Ática, 1971.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192

Arte sacra 246, 253, 255

Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173

Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140

Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206

Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376

Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376

Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270

Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206

Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332

Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319

Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67

Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179

Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139

Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152

Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376

Etnografia 47, 216, 332

F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

N

Negritude 1

O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Pensamento educacional 154
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350
Profhistória 37, 91

R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**
Editora

2 0 2 0